

SOLO LE PIDO A DIOS!

- SEM ANISTIA PARA OS FASCISTAS PATRIOTÁRIOS!
- PELA NÃO INTRUSÃO DO ‘CAPITAL EDUCADOR’ NO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO!
- PELO RETORNO (MESMO) DO MINISTÉRIO DOS ESPORTES E O BRASIL ‘POTÊNCIA OLÍMPICA’!
- NÃO AO COLAPSO AMBIENTAL E SOCORRO AOS YANOMAMIS!
- POR UMA PALESTINA LIVRE! SOMOS TODOS PALESTINOS E PALESTINAS¹ !

Solo le pido a Dios

*Que el dolor no me sea indiferente que lá resseca morte no me encentre
Vácea y sola, sim Haber fecho ló suficiente*

Solo le pido a Dios

Que lo injusto no me sea indiferente

Que no me abofeteen la otra mejilla

Después que una garra me arañó esta suerte

Solo le pido a Dios

Que la guerra no me sea indiferente

Es un monstruo grande y pisa flerte

Toda la pobre inocencia de la gente

Es un monstruo grande y pisa fuerte

Toda la pobre inocencia de la gente

Solo le pido a Dios

Que el engaño no me sea indiferente

Si un traidor puede más que unos cuantos

Que esos cuantos no lo olviden facilmente

Solo le pido a Dios

Que el futuro no me sea indiferente

Desahuciado está el que tiene que marchar

A vivir una cultura diferente

Solo le pido a Dios

Que la guerra no me sea indiferente

Es un monstruo grande y pisa fuerte

Toda la pobre inocencia de la gente

Es un monstruo grande y pisa fuerte

Toda la pobre inocencia de la gente²

¹ FAYAD, Yasser Jamil. **Nosso verbo é lutar**: somos todos palestinos. Florianópolis: Open Brasil, 2015. p. 22.

² *Solo le pido a Dios*, música de León Grieco e imortalizada na voz de ‘La negra’ Mercedes Sosa.

Solo le pido a Dios uma conjuntura diferente

No momento em que produzimos o presente Editorial, já se passaram cerca de 15 meses do governo Lula 3, isto é, o terceiro mandato do presidente Lula e o quinto do Partido dos Trabalhadores (PT), dos quais um não chegou a ser concluído. Neste primeiro quarto de século da jovem e frágil democracia brasileira – para sermos mais exatos, 22 anos –, foram pouco mais de 15 anos de gestão petista (e suas coligações, algumas ‘naturais’ e outras muito esdrúxulas).

Nossa memória mais recente traz à tona a lembrança de um círculo virtuoso de desenvolvimento, emprego e distribuição de renda no país, que começou com a vitória acachapante de Lula em 2002 e aparentava ter como destino uma trajetória linear e inexorável no primeiro decênio do século. A partir de 2013, no entanto, as forças do atraso e do reacionarismo, com muitos cúmplices internos e externos, começaram a construir as condições objetivas e subjetivas para o golpe parlamentar-judiciário-empresarial-midiático que apeou do governo a primeira presidenta do Brasil, em 2016. A partir desse fato lamentável, seguiram-se dois anos complementares de governo ilegítimo de Temer, o golpista, e, após, os quatro de desgoverno do ex-capitão genocida.

No entorno de ambos, orbitava o famigerado Centrão, verdadeira massa amorfa e desprezível do Parlamento brasileiro, que, a título de ‘viabilizar’ governos presidenciais sem maioria no Congresso, manipula, chantageia, achaca e controla os governos de plantão, inclusive o atual de Lula.

Neste momento de tentativa de reconstrução do Estado Democrático de Direito, o país vive um quadro ainda bastante paradoxal. Por um lado, o aparato judicial capitaneado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) vem promovendo verdadeira faxina no âmbito de partidos, grupos sociais, empresas e forças militares, buscando identificar, julgar e punir os bandidos que se mancomunaram para dar sustentação a uma nova tentativa de (auto)golpe durante o desgoverno anterior, para muito além do 8 de janeiro. Por outro, percebemos a continuação de uma campanha espúria por parte relevante da mídia nacional, que, a serviço do capital especulativo nacional e internacional, não perde nenhuma oportunidade de criar *fake news* e repercutir versões fantasiosas sobre o atual governo. Nesse ínterim, a extrema-direita continua mobilizada, no Congresso e nas redes sociais, apesar de todas as comprovações golpistas e criminosas contra o bolsonarismo.

Diante dessa conjuntura, a Revista Motrivivência apresenta mais um texto editorial, cujo desafio principal é contribuir para a reflexão sobre problemas políticos, éticos, estéticos e pedagógicos que, de maneira, direta ou indireta, confluem na realidade, estabelecendo as devidas relações entre esses fenômenos e a cultura corporal e de movimento. Fazemos isso de maneira introdutória, buscando apresentar os elementos para a análise de uma conjuntura imersa em mais uma das crises cíclicas do capital. Todavia, não se trata de fazer necessariamente uma análise de conjuntura, pois esta é uma tarefa complexa, que exige dos leitores e das leitoras análises profundas, de caráter teórico-metodológico e também capacidade de perceber, compreender e descobrir sentidos, relações e tendências a partir de dados e informações particulares e universais³.

³ SOUZA, Herbert José (Betinho). **Como se faz análise de conjuntura**. Petrópolis: Vozes, 2014.

Nosso intuito é articular, na medida do possível, de maneira interdisciplinar, as problemáticas específicas da cultura corporal e de movimento, que envolvem as Ciências do Esporte, as questões políticas, econômicas e sociais de caráter nacional, bem como as questões universais que afetam a vida cotidiana (as guerras, o crescimento do fascismo e da extrema-direita no Brasil e no mundo, o colapso ambiental e o aquecimento global, a migração, a fome, o feminicídio, o racismo, a homofobia, entre outras problemáticas humanas e sociais).

De fato, em nossos editoriais, buscamos trazer, direta e indiretamente, reflexões sobre as possíveis articulações entre as problemáticas da Educação Física, do Esporte e do Lazer e suas lutas específicas, que envolvem as políticas públicas esportivas, a pedagogia do esporte e as condições de trabalho dos professores e das professoras nas escolas. Essas problemáticas específicas da área podem ser articuladas com as problemáticas universais da vida cotidiana, a saber: a luta de sindicatos e movimentos sociais por justiça e liberdade, em favor de uma democracia progressista e superadora. Em suma, em nossos escritos, sempre se fizeram presentes as críticas a todo tipo de opressão e aos diversos tipos de governo fascistas, autocráticos, autoritários e golpistas, no Brasil, na América Latina e no mundo.

Além do mais, temos o desafio de buscar, cada vez mais, produzir textos que possam servir a pesquisadoras e pesquisadores iniciantes e experientes, na difícil tarefa – mas não impossível – de aproximar ciência, política e arte. Para tanto, encaramos o desafio de articular a escrita acadêmica com a poesia e a música, movidos pela ideia da poética como método de análise sociológica, antropológica e filosófica da realidade. Nesse sentido, trouxemos para este editorial a beleza da música-poema *Solo le pido a Dios*, que se assemelha a um grito constante de liberdade para os povos oprimidos e explorados da história. Assim sendo, todos os seus versos contêm possíveis elementos para futuras análises da realidade, e este editorial pretende fomentar esses debates dentro e fora da universidade (movimentos sociais, escolas de formação, etc.).

No editorial da edição de 2023⁴, logo depois a malfadada tentativa de golpe por parte do neofascismo bolsonarista, focamos nossas lentes para as seguintes questões: *Em defesa da democracia: contra a violência política do terrorismo bolsofascista, o ouro de sangue Yanomami e contra a barbárie do genocídio dos povos originários*.

No entanto, mais de um ano e alguns meses após a posse do Presidente Lula, somos impelidos, nesta edição, a retomar os temas do último editorial, em razão da continuidade da perseguição e violência dos garimpeiros contra os Yanomamis e, principalmente, da violência política do terrorismo militar/evangélico/"patriotário", durante a tentativa de golpe em 08 de janeiro de 2023, na Praça dos Três Poderes, em Brasília.

Alguns desses personagens estão presos ou respondendo a processos que visam apurar o papel dos participantes na ação e identificar seus mandantes. Mesmo assim, insatisfeitos com a derrota para Lula, eles continuam espalhando terror e *fakenews*, disseminando o negacionismo da ciência (contra a eficácia das vacinas, por exemplo) no âmbito do projeto da necropolítica e do necrocapitalismo, bem como demonstrando sua insatisfação infundada para com as urnas eletrônicas. Todas essas problemáticas são muito complexas e exigem de nós, pesquisadoras e pesquisadores, uma militância científica e política capaz de pôr nossos estudos, na graduação e na pós-graduação, em sinergia com movimentos sociais, científicos, artístico-culturais e outros.

⁴ REVISTA MOTRIVIVÊNCIA. Florianópolis: NUP/UFSC, v. 25, n. 66, 2023. Disponível em: [https://periodicos.ufsc.br/motrivivencia/issue/view/v.35 n0. 66/2023](https://periodicos.ufsc.br/motrivivencia/issue/view/v.35%20n0.66/2023). Acesso em: 20 mar. 2024.

Além de todas essas questões, neste editorial, prestamos nossa solidariedade ao povo palestino, que, devido à ação do Hamas, já contabiliza aproximadamente 1,5 mil vítimas, entre mortos, feridos e sequestrados. O conflito deu a Israel a oportunidade de instaurar uma espécie de ‘Holocausto de Gaza’, visto que, até agora, de forma desproporcional, o exército israelense já matou mais de 30 mil pessoas (predominantemente crianças, jovens e mulheres), visando à ocupação da Faixa de Gaza e de todo o território palestino.

Em síntese, o desafio deste editorial consiste em abordar, no mesmo texto, questões dos direitos humanos, como por exemplo a violência política da extrema direita bolsonarista e a tentativa de golpe em 08 de janeiro de 2023; a destruição da Amazônia e a violência contra os povos originários (Yanomamis); além do genocídio provocado contra o povo palestino em Gaza.

Nessa mesma dimensão crítica, fazemos uma reflexão sobre a situação da educação pública, as ameaças do chamado ‘capital educador’ e sua possível inserção e influência no Ministério da Educação. Além disso, no decorrer do texto, trataremos do retorno (mesmo?) do Ministério dos Esportes e do Brasil ‘potência olímpica’.

No limiar de toda essa conjuntura, sobressaem-se as guerras, os golpes e as tentativas de golpe de Estado (8 de janeiro de 2023), a destruição e a terra arrasada. Portanto, precisamos criar mais movimentos de resistência anticapitalistas, para nos opormos à lógica do capitalismo neoliberal e às políticas de extrema-direita (destruição do Estado de Direito), que se consubstanciam pela obtenção de lucros cada vez maiores, decorrentes do trabalho dos proletários nos meios de produção – fábricas, comércio, agricultura. Temos que ter clareza de que o capitalismo traz guerras, catástrofes e misérias. E as guerras aumentam a venda de armas, mobilizam a construção civil, a indústria, o comércio, os serviços e, de quebra, aniquilam os excedentes populacionais e destroem o meio ambiente, na terra, no ar e no mar. De fato, o capitalismo tem sido compreendido como a representação do progresso, da evolução, da modernização e, supostamente, da democracia e da cidadania. Ou seja, a democracia não passa de uma verdadeira “capitalcracia”⁵, que pode ser vista como emblema da decadência, da exploração e da degradação, do pauperismo e da intolerância, assim como da tirania e da barbárie, conforme já mencionamos em outros editoriais.

Solo le pido a Dios: resistência ativa contra a extrema-direita, “monstro grande que pisa fuerte”

Toda essa realidade nos apresenta, de um lado, contraditoriamente, uma enorme crise cíclica do capital, que gera o colapso e a destruição do meio ambiente, por meio de suas guerras letais e golpes engendrados pelo crescimento da extrema-direita. Mas, de outro lado, também revela a resistência dos trabalhadores em todo o mundo, que não têm outra saída senão se unirem para lutar contra a extrema-direita, que é o *monstro grande que pisa fuerte*, principalmente em tempos de guerra. Grosso modo, o *modus operandi* dos governos mundo afora tem as seguintes características: construção diuturna de *fake news*; oposição a qualquer avanço social, em diversos setores; objeção ao aumento do salário-mínimo e das aposentadorias; recusa em reduzir ou extinguir a precarização do trabalho; óbices à estatização do patrimônio público e à igualdade de salário entre homens e mulheres; negacionismo científico e ambiental; entre outras. Ao fim e ao cabo, negam a Ditadura

⁵ CORRÊA, Valcionir. **Capitalcracia**: a crise como exploração e degradação. Florianópolis: Em Debate, 2012, p. 20.

Militar de 64, embora haja evidências, marcas e “Ecos do Golpe”⁶. Não obstante isso, insistem em negar a Ditadura e forjar novos golpes 60 anos depois. A nosso ver, os militares têm que acertar as contas com a história e assumir as torturas, as mortes e os desaparecimentos dos cidadãos durante o período de terrorismo de Estado. Também devem assumir seu papel de cogestores e mandantes, juntamente com Bolsonaro, da malfadada tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023, articulada pela extrema-direita.

Por meio desse tipo de ação, a extrema-direita bolsonarista tem como escopo abrir caminho para o ódio e o conservadorismo, com o apoio de médios e pequenos empreendedores, milicianos e pastores, garimpeiros, ruralistas, comerciantes, estelionatários e agiotas, além da horda de indivíduos passíveis de serem rotulados como pequena burguesia (empresários de classe média e capitalistas milionários), da cidade e do campo. Essas conexões e afinidades com as elites econômicas resultam, em termos de políticas públicas e sociais, na desestruturação das regras trabalhistas e das normas ambientais, bem como na privatização do patrimônio público e, conseqüentemente, no crescimento das abissais desigualdades sociais. Somem-se a isso as pautas retrógradas de costumes. De fato, no limiar do conservadorismo tosco, insensato e violento, defendem, de forma radical e desumana, uma pauta de costumes retrógrada: por exemplo, são contra o aborto, a identidade de gênero, a sexualidade e outras. Na atualidade, a ultradireita se imiscui nos fundamentos ideológicos das experiências do neoliberalismo e suas precarizações e destruições⁷.

De acordo com Chomsky, o crescimento da extrema-direita é consequência do neoliberalismo⁸. A extrema-direita opera a partir da violência, do ódio de classe, raça, gênero, cultura e geração, que estão profundamente arraigados na globalização, no capitalismo, no fundamentalismo e na própria linguagem. Trata-se de violência sistêmica, como a praticada por Israel contra o povo palestino, sob o beneplácito dos Estados Unidos, que causa consequências muitas vezes catastróficas no funcionamento regular dos sistemas econômico e político, na ordem das contradições do capital. Vale lembrar a importância de compreender as origens da violência objetiva (conflitos, processos de exclusão, etc.) e subjetiva não só em sua expressão visível mas também no que não deixam tão aparente, que abrange desde a liberalização da sexualidade e o comunitarismo até a *política do medo* e o terrorismo fundamentalista, de caráter religioso ou ateu⁹.

Trata-se de um fenômeno complexo e multifacetado, que requer uma análise aprofundada, a fim de expor suas raízes, suas dinâmicas e seus impactos. Existem muitos rótulos para nomear esses movimentos – conservadores, populistas, de direita e outros –, no entanto o termo neofascista parece ser o mais apropriado, se levarmos em conta que tanto suas encarnações modernas quanto o movimento original têm como eixo central o capital financeiro e uma classe média frustrada, raivosa e conservadora do ponto de vista dos valores e da economia. Essa classe média é capaz de se infiltrar nos setores populares, graças às fragilidades da esquerda e das organizações populares. A bem da verdade, as origens dos novos avanços da extrema direita são resultado da ofensiva neoliberal, que agravou a desigualdade social e a pobreza com políticas de

⁶ IASI, Luis Mauro; COUTINHO, Duardo Granja. **Ecos do Golpe**: a persistência da Ditadura 50 anos depois. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.

⁷ ZIZEK, Slavoj. **Violência**: seis reflexões laterais. São Paulo: Boitempo, 2014.

⁸ MOREL, Ana Paula Massadar. Negacionismo da Covid-19 e educação popular em saúde: para além da necropolítica. **TES**, [S. l.], n. 19, p. 1-14, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/pnVbDRJBcdHy5K6NSc4X65f/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2024.

⁹ ZIZEK, 2014.

austeridade e, ideologicamente, transformou até mesmo o conceito de ‘sociedade’, bem ao estilo Margaret Thatcher, reduzindo-o a uma mera aglomeração de indivíduos.

Nesse limiar, as políticas neoliberais debilitam a esquerda, porque empobrecem, precarizam, fragmentam e isolam suas bases sociais: os trabalhadores e as trabalhadoras. Simultaneamente, promovem uma ultrafinanceirização, que, no âmbito das crises cíclicas do capital, não somente tem produzido frequentes colapsos econômicos mas também tem promovido uma acelerada destruição do meio ambiente e ampliado as reduções de direitos trabalhistas, como mecanismo para compensar os prejuízos causados por sua própria irracionalidade. Sendo assim, para sustentar uma sociedade que comporta apenas 1% de super-ricos, o capital financeiro carece de políticas cada vez mais repressivas, precárias, excludentes e austeras. Nesse contexto, o neofascismo não é um efeito colateral do neoliberalismo, mas sim sua fase seguinte, necessária para aprofundar e manter as políticas autoritárias na economia ou no plano dos direitos. Assim, ajuda a reproduzir em escala mundial a ditadura do capital, que, segundo o sociólogo Octávio Ianni, consubstancia-se no uso da violência como potência econômica, ideológica e política. Além do mais, há outras semelhanças entre o velho e o novo fascismo. Ambos se caracterizam pelo culto à ação e pela recusa à razão – negacionismo científico, sanitário, climático e outros –, que terminam por alimentar o pensamento e as políticas fascistas. Em contrapartida, nosso papel é pensar e agir de modo anticapitalista e lutar pela destruição da lógica desse sistema, promovendo um modo de produção da vida para além do capital¹⁰.

Dessa forma, há uma perigosa ascensão da extrema-direita e do populismo autoritário¹¹, que pode se fortalecer ainda mais com o retorno de Trump ao poder nos Estados Unidos e de Rodrigo Duterte nas Filipinas. Sua força já se faz sentir e na Europa (Alemanha, Itália, Hungria, Polónia, República Tcheca e Portugal) e no Brasil, por meio do bolsonarismo teológico-miliciano, que, irônica e contraditoriamente, prega uma democracia sem direitos e uma suposta defesa do Estado de Direito (vide a chamada para manifestação na Avenida Paulista, em São Paulo, por Bolsonaro e Malafaia, no dia 25 de fevereiro de 2024).

Solo le pido A Dios: sem anistia para os fascistas patriotários, “que lo injusto no me sea indiferente”

No último editorial de 2023, comemorávamos a vitória de Lula contra o bolsonarismo, o fim de quatro anos de destruição das políticas sociais e, aparentemente, do ódio de classe, gênero, raça, geração e cultura, da violência simbólica e real que permeava a vida cotidiana política, econômica e social brasileira. Estávamos nos livrando de uma ética e de uma estética que nos causavam asco, depressão, síndrome do pânico, baixa autoestima, constrangimento e revolta, em razão da desumanidade, da mediocridade e do conservadorismo que as caracterizam.

Em linhas gerais, de acordo com alguns estudos iniciais e entrevistas da BBC News Brasil com especialistas em redes sociais, relações internacionais e antropologia, são sete os fatores que podem explicar como o 8 de janeiro se encaixa na história recente do país e dialoga com questões ainda não equacionadas do processo de redemocratização, a saber: redes sociais, desinformação, o

¹⁰ IANNI, Otávio. **A ditadura do Grande Capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

¹¹ MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia: por que a liberdade corre perigo e como salvá-la**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

avanço do populismo de direita, a polarização, o acampamento em frente aos quartéis, a presença de grupos antidemocráticos nas Forças Armadas e o apagão na segurança.

Mal comemorávamos a luz no fundo túnel trazida pelo novo governo e já tivemos que assistir pela televisão àquelas cenas dantescas do dia 8 de janeiro de 2023. Eram bandidos profissionais (araútos do ódio e da necropolítica e do necrocapitalismo, ladrões de joias, etc.), pagos por empresários e apoiados por militares maus perdedores; uma massa de animais selvagens que se julgavam homens e mulheres de bem, mas destilavam ódio, arrogância, infelicidade, ignorância e tudo o que há de mais perverso e pervertido na mente humana.

As imagens que temos das diversas mídias, revelam o que nós brasileiros tivemos que experimentar durante os quatro anos de uma gestão que nos encheu de vergonha, indignação e revolta, mas, ao mesmo tempo, de resistência a todo o tipo de negacionismo (científico, ambiental entre outros); um verdadeiro retrocesso ético, político, pedagógico e estético.

Além do mais, o que se convencionou chamar de ‘assalto’ ao Palácio do Planalto representou um marco para o movimento radicalizado de extrema-direita e um processo de teatralização da política, com elementos de violência, brutalização e manipulação. Mas, no fundo, significa mesmo é terrorismo político, engendrado pelos militares e por uma parte dos neopentecostais (também chamada de narcomilícia), por parte da mídia corporativa, por empresários em geral e pelo agronegócio. Os autores do livro *Como (não) fazer um golpe de Estado no Brasil: uma história interna do 8 de janeiro de 2023*¹² argumentam que é fundamental entender como se procedeu a ‘nossa’ versão do ‘assalto ao Capitólio’, para evitar a normalização do radicalismo e do extremismo de direita daqui por diante. Escrito no calor dos fatos e com ampla metodologia do tempo presente, a produção alerta para a importância de analisarmos o presente imediato, sob o risco de, não o fazendo, normalizarmos o radicalismo e o extremismo de direita, com consequências imprevisíveis e potencialmente perigosas para a democracia brasileira, ainda em construção.

Na verdade, ficou evidenciado que esse crime de lesa-pátria foi articulado por Bolsonaro, por alguns militares das Forças Armadas, pelas igrejas evangélicas, pelos empresários do agronegócio e por outros empresários, pelos partidos de ultradireita e por parte da mídia corporativa. Esse golpe foi preparado ao longo dos quatro anos de desgoverno Bolsonaro e seu intento era e continua sendo protestar contra os resultados da eleição do presidente Lula. Pretendia deflagrar uma intervenção militar, com fechamento do Congresso, prisão de Lula e a retomada de Bolsonaro ao poder.

No momento, o que está em curso é a prisão para todos os culpados e mentores do golpe, sem perdão, isto é, sem anistia para os que que participaram direta e indiretamente dos atentados às sedes dos Três Poderes em Brasília há um ano, deixando enormes prejuízos contra o patrimônio público: materiais, éticos, estéticos, históricos e políticos.

Somos da opinião de que esses fanáticos, fundamentalistas e vândalos de extrema-direita devem ser exemplarmente presos e punidos. Nesse sentido, não deve haver anistia para quem conspira contra a própria democracia, contra o seu próprio país, contra sua gente. Por isso, a nosso ver, as leis deverão ser cumpridas, para que a geração de crianças e jovens de hoje possa aprender e colocar em prática as contradições, e não só uma democracia frágil e burguesa: a “capitalcracia”¹³,

¹² SILVA, Francisco Carlos Teixeira da.; SCHURSTER, Karl. **Como não fazer um golpe de Estado no Brasil**. Recife: Edurpe, 2023.

¹³ CORRÊA, 2012, p. 20.

como diz Valcionir Corrêa, que tem como escopo a exploração e a degradação humana e ambiental, decorrentes do produtivismo capitalista, contando ainda com as consequências da crise econômica mundial do capital. Nesse contexto ‘democrático’, a reestruturação produtiva está eivada pela precarização das condições de trabalho, com a regressão dos direitos trabalhistas e sociais, aumento das doenças físicas, dos distúrbios emocionais, dos acidentes de trabalho e das mortes decorrentes dos processos produtivos. Em vista disso, o desafio é construir uma democracia progressista, que respeite e consolide as práticas de direitos humanos e as políticas públicas e sociais anticapitalistas, a fim de superar as determinações de classe e o conservadorismo das pautas neoliberais e também das pautas de costumes da extrema-direita: contra o aborto, a legalização da maconha, a ‘ideologia de gênero’ e outras bandeiras históricas da esquerda.

Depois de tanta violência, que culminou com a tentativa de golpe em 8 de janeiro de 2023, mesmo assim a extrema-direita, encabeçada pelo pastor Malafaia e por Bolsonaro, irônica e contraditoriamente, convoca milhares de seguidores do séquito golpista para uma manifestação na Avenida Paulista, no dia 25 de fevereiro de 2024, supostamente em nome da democracia e do Estado de Direito. Nesse sentido, o ato serviu para juntar um grupo cada vez mais restrito de pessoas apartadas da realidade e mostrar quem vai, supostamente, disputar o espólio de um bolsonarismo em decadência: Nikolas Ferreira, Ronaldo Caiado e Michelle Bolsonaro – cada qual com seu público-alvo¹⁴.

Apesar de ter reunido centenas de milhares de pessoas, o bolsonarismo parece ter encontrado seu ocaso na Avenida Paulista, pois aqueles que se reuniram para defender Jair Bolsonaro são o próprio sintoma de sua obsolescência e derrocada. De acordo com o *The Intercept Brasil*¹⁵, esses manifestantes formam o núcleo duro dos antigos apoiadores de Bolsonaro: homens brancos, acima dos 45 anos, radicalizados, militares e, em sua maioria, católicos e evangélicos. Quanto aos evangélicos e à sua participação no projeto político bolsonarista, pode-se dizer que se trata de um hibridismo ideológico, político e teológico, que, nesse caso, forja uma *teocracia miliciana fascista*, parte do projeto de extrema-direita brasileira. Ela é constituída por pastores neopentecostais fundamentalistas que levam a cabo a relação entre política e religião, que tem como objetivo o aparelhamento do Estado brasileiro, a teologia da prosperidade, a doutrinação e lavagem cerebral do povo nos templos¹⁶. Em linhas gerais, o grupo que lá estava (o ‘gado’), a exemplo das manifestações nas portas dos quartéis de 2023, oscila entre a ignorância do momento político que vive e a frustração de constantemente se deparar com o que considera uma falta de ‘pulso firme’ de Bolsonaro, o ‘mito’ e líder maior.

No que tange às investigações, a condenação dos golpistas pelo STF se respalda em uma miríade de crimes contra a nação: dano qualificado, deterioração de patrimônio público tombado, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado e associação criminosa, além

¹⁴ MAIRTON, Fabio. Por que os evangélicos fundamentalistas usam Jesus para justificar a brutalidade militar; **The Intercept Brasil**, [S. l.], 19 out. 2020. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2020/10/16/evangelicos-fundamentalistas-jesus-brutalidade-militar/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

¹⁵ MAIRTON, 2020.

¹⁶ TAVARES, Elaine. O papel das igrejas neopentecostais na consolidação do ultraconservadorismo. **IELA**, Florianópolis, 1º mar. 2024. Disponível em: <https://iela.ufsc.br/o-papel-das-igrejas-neopentecostais-na-consolidacao-do-ultraconservadorismo/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

da cominação de multa de R\$ 30 milhões por danos morais coletivos, valor a ser pago em conjunto pelos condenados no julgamento.

Ao fim e ao cabo, jornalistas e acadêmicos ainda estão investigando os sentidos e significados da manifestação na Avenida Paulista, devido ao dinamismo desse fenômeno na história presente. Para muitos, o que há é o hipotético dismantelamento do bolsonarismo, visível na manifestação da Avenida Paulista, que emerge como sintoma visível de três movimentos intestinos: o primeiro é o fato de que as antigas ramas da direita, fagocitadas pelo bolsonarismo em 2018, na atualidade, reivindicam a sua antiga autonomia, até mesmo para se beneficiarem de cargos e do benefício de pertencerem à base do atual governo Lula. O segundo movimento advém, justamente, de setores e grupos conservadores que não são necessariamente políticos, no estrito senso da palavra, mas agora, por razões distintas, buscam se dissociar do bolsonarismo. Por fim, há um terceiro movimento, que é a emergência de grupos independentes, concorrentes do bolsonarismo – alguns nem se deram o trabalho de esperar a prisão de Bolsonaro para reivindicarem seu legado¹⁷. Aliás, parece que algumas igrejas e lideranças evangélicas não apenas têm ignorado os apelos de Bolsonaro mas também deliberadamente parecem buscar se afastar dele, como é o caso de alguns militares na atualidade.

De acordo com alguns setores da mídia, alguns militares já estão gradativamente sendo indiciados, presos e responsabilizados, ao passo que outros podem vir a ser condenados pelas destruições naquele fatídico e vergonhoso dia. Isso posto, somos da opinião de que o julgamento do 8 de janeiro deve colocar os militares na cadeia, pois foram responsáveis pela politização das Forças Armadas no âmbito da intentona golpista, conforme vem sendo apurado pela justiça brasileira. Segundo o *The Intercept Brasil*, julgar os terroristas no STF é apenas o primeiro passo. Para destruir o golpismo, é preciso também condenar os membros da alta cúpula das Forças Armadas que incitaram o ‘ato’¹⁸ (em andamento), ou seja, queremos os generais no banco dos réus, pois a competência do STF para julgar militares golpistas tem potencial para elevar a régua da democracia, mas somente logrará êxito se as leis forem aplicadas para as altas patentes envolvidas nos recentes atentados. Essa será uma tarefa difícil, considerando que a Suprema Corte vai julgar integrantes das Forças Armadas que tiveram participação nos atos golpistas do dia 8 de janeiro e, por ora, ainda se revestem de um poder simbólico no país, visto que, para os fardados, sejam eles policiais ou generais, vigoram critérios distintos do restante da sociedade no tocante às punições de crimes. Eles contam com uma corte para chamar de sua, o Superior Tribunal Militar, que julga os crimes militares, quase sempre, com um corporativismo que se perpetua ao longo da história (vide o Golpe de 64). Nessa investigação sobre os golpistas, há nomes do Exército que precisam ser punidos, por terem atravessado a fronteira da instituição e fechado os olhos (ou mesmo fomentando a participação) para os atos em frente aos quartéis, que culminaram na depredação das sedes dos Três Poderes, pouco depois de quase terem explodido um caminhão no aeroporto de Brasília, no Natal do ano passado¹⁹.

¹⁷ CALHEIROS, Orlando. Esses são os nomes que disputarão o legado de um Jair Bolsonaro moribundo. **The Intercept Brasil**, [S. l.], 6 mar. 2024. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2024/03/06/ato-de-jair-bolsonaro-paulista-revelou-quem-disputara-bolsonarismo-em-decadencia/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

¹⁸ CALHEIROS, 2024.

¹⁹ CALHEIROS, 2024.

Para encerrar este bloco, a Revista Motrivivência manifesta seu repúdio a todo tipo violência contra a democracia, as instituições brasileiras e o patrimônio público, desejando que todos e todas que cometeram o crime de 8 de janeiro sejam exemplarmente punidos. **SEM PERDÃO, SEM ANISTIA!**

Solo le pido a Dios: que a sanha privatista do ‘capital educador’ e da “reforma Empresarial da Educação” não se alastre no Ministério da Educação

Antes de discorrer sobre a educação pública e os desafios do governo Lula em conter a sanha privatista nas políticas educacionais, temos que admitir um fato incontestável: naquele momento histórico das eleições de 2022, a necessidade de derrotar o fascismo bolsonarista impôs a necessidade de uma Frente Ampla de Esquerda e de Centro. A Frente Ampla do governo Lula, dissemos nós no último editorial, “tem o hercúleo desafio de encarar o enfrentamento das contradições oriundas das conciliações de interesses e de classes, as quais já estavam presentes nos seus dois mandatos iniciais e também nos da presidenta Dilma, conforme aludimos no editorial de janeiro de 2022”. A Frente Ampla, no entanto, virou, em alguns casos, um balcão de negócios, em razão das pressões e exigências do Centrão, como, por exemplo, a entrega do Ministério dos Esportes e do Ministério Educação. Mais ainda: sofre a ingerência da oposição (PL) em cargos e comissões, como, por exemplo, as Comissões de Educação e Constituição e Justiça, que são de grande relevância para a continuidade do governo. Entretanto, na gestão do presidente Lula, devido à grande bancada do PL, foram eleitos presidentes das Comissões de Educação e de Constituição e Justiça os deputados federais bolsonaristas Carolina De Toni (PL-SC) e Nikolas Ferreira (PL-MG), respectivamente. Um descalabro!

Dessa feita, consideramos extremamente nefasta a presença de neofascistas nesses cargos, conforme os estudos do pesquisador Jefferson Silveira Dantas em *O neofascismo no Brasil e seus impactos na Educação Pública*²⁰. Nesse artigo, o autor fala sobre os impactos do neofascismo e dos ataques das frações de classe bolsonaristas neofascistas contra a educação pública:

[...] esses neofascistas [que] disputam o fundo público para a educação, sobretudo no que tange à Educação Básica, estão alicerçados em duas correntes de pensamento: a frente social liberal e a frente liberal ultraconservadora. A primeira vertente, segundo ele, disputa os rumos da educação pública e é dirigida pelo movimento “Todos pela Educação” (TPE); já a segunda vertente, é composta por um conjunto expressivo de empresários, correntes neopentecostais (adeptos da “guerra cultural” e avessos aos valores iluministas e de militares. É nesta segunda vertente que se encontram os integrantes dos movimentos “Escola sem Partido”, “Escolas Cívico-Militares”, “Educação Domiciliar” (*homescooling*) e o “Agro de olho material escolar” (setor do agronegócio).

Na pasta da Educação, esperávamos que o governo Lula fosse bastante rigoroso contra a influência e o protagonismo do capital privado, que se põe em favor de investimentos nas políticas públicas educacionais, da Educação Infantil ao Ensino Superior. É preciso atentar para o fato de que a democratização do ensino nas universidades e, hoje, em todos os níveis de ensino formou um

²⁰ REBUÁ, Eduardo. Educação e fascismo sob o governo Bolsonaro. In: REBUÁ, Eduardo; COSTA, Reginaldo; GOMES, Rodrigo Lima R.; CHABALGOITY, Diego (orgs.). **(Neo) fascismos e educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil**. Rio de Janeiro, Módulo, 2020.

mercado, sobretudo durante a pandemia, para a comercialização do Ensino Remoto (EAD), por meio das seguintes empresas: Kroton, Estácio de Sá, Unip, Laureate, Uninove, Cruzeiro do Sul, Ânima, Ser Educacional, Unicesumar e outras. Como se pode perceber, essas empresas são presididas por magnatas representantes da propriedade privada. É preciso ter clareza de que esse processo de aparente democratização do ensino tornou-se “uma janela de oportunidades para o capital educador”, conforme aponta Olinda Evangelista²¹, que é constituído pelos representantes dos bancos, das organizações financeiras e dos supostos setores modernos e internacionalizados, tendo como parceiros o agronegócio exportador e os atacadistas. Nessa linha de raciocínio, consideramos contraditória a presença de Lemann (fundador do Banco Garantia e investidor das Lojas Americanas, entre outras empresas) no governo Lula e sua possível influência sobre as políticas educacionais. Com efeito, a presença do Grupo Lemann no MEC constrange e gera desconforto em aliados do governo Lula. A MegaEdu, organização não governamental (ONG) financiada por Lemann, opina sobre a conexão de escolas públicas à internet. Além disso, também participa de conselho do Ministério das Comunicações que define como parte dos cerca de R\$ 6,6 bilhões serão destinados para a conectividade de estudantes. O Grupo Lemann tem muita influência em setores do MEC e espaço assegurado no TPE, que, por sua vez, influencia a política pedagógica do país, numa tendência neoliberal da ‘nova direita’.

Pelo visto, não só nós da revista temos receio dessa aproximação com arautos da Educação Empresarial, visto que a escola pública não é uma empresa. Em muitos aspectos, o sistema educacional brasileiro se mostra muito mais ‘liberalizado’ do que os sistemas educacionais europeus. Nesses termos, podemos dizer que o Brasil chegou antes do que os países da Europa ao estágio do “capitalismo escolar e universitário”, que se caracteriza pela atuação direta e maciça do capital no ensino²². Uma outra questão que merece destaque é a reforma do “Novo” Ensino Médio, que, de acordo com Luiz Carlos de Freitas²³, pode ser chamada de “Reforma Empresarial na Educação”²⁴, engendrada pela nova direita. De acordo com o autor, o “Novo” Ensino Médio pode vir a se tornar uma forma de exclusão²⁵. Em linhas gerais, a reforma nessa etapa da Educação Básica gera novas contradições para a prática educativa, com efeitos colaterais destrutivos sobre os professores, os estudantes e, indiretamente, os pais. O Novo Ensino Médio, segundo os críticos, apresenta alguns retrocessos, a saber: queda da qualidade do ensino, principalmente nas escolas públicas; a possibilidade de contratação de professores com ‘notório saber’; *o fim da obrigatoriedade do ensino de Educação Física, Filosofia, Sociologia e Artes*; a criação dos chamados ‘itinerários formativos’ – a serem escolhidos pelos estudantes! – e a ampliação da carga horária.

A completa ausência de qualquer fundamentação pedagógica razoável que desse sustentação ao projeto neoliberal do “Novo” Ensino Médio, gestado pelo câncer atual das políticas públicas de educação no Brasil, que atende pela alcunha de Todos Pela Educação, e implementado durante o

²¹ OLINDA, Evangelista. Professores na Linha de Tiro! **Medium**, [S. l.], 26 dez. 2019. Disponível em:

<https://medium.com/@Contrapoderbr/professores-na-linha-de-tiro-88db8eda4cd8>. Acesso em: 5 fev. 2023.

²² LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 12-13.

²³ FREITAS, Luis Carlos. **Reforma Empresarial na Educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018, p. 23.

²⁴ LAVAL, 2019, p. 12-13.

²⁵ FREITAS, Luiz Carlos. “Novo médio”, nova exclusão. **Blog do Freitas**, [S. l.], 19 set. 2017. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2017/09/10/novo-medio-nova-exclusao/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

breve e entreguista governo de Temer, o golpista, levou o governo Lula 3 a propor uma reforma deste “novo” que já nasceu putrefato, através do Projeto de Lei n.5230/2023. As forças conservadoras na Câmara dos Deputados, no entanto, mais uma vez se fizeram presentes no debate e o projeto de lei do Executivo terminou sendo fatiado e esfacelado, restando quase intocada a lógica perversa do projeto original, dos tais “itinerários formativos”, baseada num falso argumento de liberdade e autonomia para os alunos “aprenderem o que quiserem...”²⁶. Aprovado na Câmara, o projeto de lei foi, já metabolizado pelo Centrão, para o Senado Federal.

O mais inusitado neste processo todo e que mostra toda a canalhice de Artur Lira, presidente da Câmara dos Deputados, é o fato dele ter nomeado como relator do projeto de lei do MEC o deputado Mendonça Filho (União Brasil/PE), o conhecido “Mendocinha, o maior corrupto”²⁷, não por acaso quem tinha sido, na condição de ministro de Educação do governo golpista de Temer, o principal responsável por aprovar o projeto de “Novo” Ensino Médio, justo o que se mostrou perverso aos jovens das classes empobrecidas. Houve nesse requinte de maldade do procedimento de Lira, à ocasião, um claro recado ao governo Lula de que era preciso destravar a liberação de verbas das emendas e os cargos de segundo e terceiro escalão para o Centrão!

Com base no que disse Marilena Chauí, citada por Luis Carlos de Freitas, somos refratários a processos formativos com “[...] ênfase mercantil e concorrencial, que atinge todos os aspectos da vida, transformando direitos sociais em ‘serviços’ a serem adquiridos, além de transformar cada indivíduo em vendedor de si mesmo”²⁸. Baseado nessa concepção, que subjaz ao capital financeiro rentista (criador do neoliberalismo), o autor²⁹ chama atenção para algumas questões, quando se trata de políticas educacionais: “[...] o que está embutida nessas novas/velhas ideias? O que significa um movimento mundial que proclama reformas para que a educação seja de qualidade para todos? Quem são esses reformadores? O que de fato pretendem e por quais meios eles atuam?”.

Todas essas questões são relevantes se quisermos organizar resistência qualificada (críticas propositivas) a essa forma de fazer política educacional, calcados nas ideias e práticas de uma educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

Solo le pido a Dios: criação, extinção e recriação do Ministério do Esporte ou o retorno (mesmo?) do Ministério do Esporte e do Brasil ‘potência olímpica’ (rumo a Paris 2024!)

*Solo le pido a Dios
Que el engaño no me sea indiferente.*

Não é escopo deste editorial, nesse momento, fazer uma análise exaustiva do que foram os governos de esquerda no país (inclusive o atual); portanto, optamos por fazer um recorte específico, que diz respeito a uma das áreas de interesse da Revista Motrivivência, o Esporte e Lazer, consubstanciado nos movimentos políticos de criação, extinção e recriação do Ministério do Esporte.

²⁶ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/03/20/camara-aprova-novo-ensino-medio-apos-acordo-sobre-carga-horaria-de-materias-obrigatorias.ghtml>

²⁷ <https://www.cljornal.com.br/nacional/tudo-pronto-para-cair-o-4o-ministro-o-mendoncinha/>

²⁸ FREITAS, Luis Carlos. **Reforma Empresarial na Educação: Nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018, p. 23.

²⁹ FREITAS, 2018, p. 23.

De fato, em 2003, no primeiro mandato de Lula, o governo inova ao criar uma pasta dedicada exclusivamente ao Esporte, depois de mais de 25 anos como uma secretaria do MEC (Manoel Tubino, no governo Sarney), depois como secretaria nacional (Zico, no governo Collor). Houve até mesmo um ministro sem pasta (Pelé, no governo FHC) e um ministério que unia esporte e turismo (?), também no governo FHC. Elevar o esporte à condição de ministério anunciou a possibilidade de se perseverar na construção de uma até então inexistente Política Nacional de Esporte e Lazer e do respectivo Sistema Nacional de Esporte e Lazer.

Os primeiros passos foram bastante eloquentes e alvissareiros, com destaque para a estruturação de uma série de programas sociais de esporte recreativo e educacional (programas de intervenção direta ou descentralizada, na oferta de atividades esportivas e de lazer a populações específicas), além da realização da primeira (2004) e da segunda (2006) Conferência Nacional de Esporte.

Nesse percurso, todavia, a mosca azul do brilho a qualquer custo (literalmente, a qualquer custo mesmo!) nos ataca, e eis que o governo Lula resolver apoiar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) na candidatura do Brasil à sede da Copa do Mundo (2014) e o Comitê Olímpico Brasileiro (COI), que pleiteava o Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, além de realizar, no mesmo Rio de Janeiro, os Jogos Panamericanos e ParaPan de 2007, cuja candidatura havia sido apoiada pelo moribundo segundo mandato do presidente FHC!

Os esforços para viabilizar a tal Década do Esporte no Brasil foram um funesto ponto de viragem no Ministério do Esporte. Sai de cena a perspectiva de se construir um Sistema e uma Política Nacional de Esporte, o que seria de se esperar para que o esporte deixasse de ser apenas uma política de governo (às vezes!) e viesse a se constituir numa política perene de Estado. Direcionam-se para o esporte olímpico profissional e de alto rendimento todos os esforços e as disputadas (e escassas) verbas da pasta, sobretudo para financiar a construção de equipamentos e instalações, visando à realização dos dois eventos mundiais. Reduzem-se a quase nada os já questionados programas de incentivo às atividades finalísticas da pasta; os incentivos encolhem e passam a ser direcionados à Ciência e Tecnologia do Esporte e Lazer, privilegiando então aqueles projetos voltados para os esportes de alto rendimento, a tal ponto que, em carta aberta à então candidata à reeleição Dilma Roussef, o Prof. Lino Castellani, ex-secretário nacional de esporte, sugere a extinção do Ministério do Esporte³⁰, o que, ironicamente, viria a acontecer pelas mãos de um governo absolutamente oposto, em termos ideológicos, àquele que tentava viabilizar-se para um segundo mandato em 2014.

Em 2019, quando foi então consolidada a extinção do Ministério do Esporte pelo governo bolsonarista, a Revista *Motrivivência* fez um chamado à comunidade acadêmica sobre os possíveis significados, causas e consequências de tal decisão para o campo do Esporte e do Lazer no país. Resultou daí uma seção temática com seis artigos de excelente qualidade³¹, cuja releitura, neste momento, mostra preocupante atualidade, dado que, em 2023, no novo governo Lula 3, o Ministério do Esporte renasce...

³⁰ CASTELLANI FILHO, Lino. A política esportiva brasileira: de 'política de estado' ao 'estado da política'. *Motrivivência*, Florianópolis, v. 31, n. 60, p. 01–18, 2019. DOI: 10.5007/2175-8042.2019e67325. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2019e67325>. Acesso em: 13 mar. 2024.

³¹ REVISTA MOTRIVIVÊNCIA, Florianópolis, v. 31, n. 60, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/issue/view/2930>. Acesso em: 20 mar. 2024.

Passado um ano de seu ressurgimento, cabe uma reflexão breve sobre o que foi esse ministério. As análises feitas aqui não seguem necessariamente um roteiro fechado, nem partem de um referencial teórico orientador, mas representam um modo possível de se interpretar a nova trajetória do esporte, como pasta ministerial, num novo governo petista.

A primeira coisa a se questionar é a ‘escalação’ da primeira Ministra do Esporte, a ex-atleta de voleibol e ativista social Ana Moser. Destaque-se que, entre outros nomes ventilados no período de constituição do novo governo, Ana Moser talvez fosse o que menor identidade partidária tinha com o PT. Além disso, embora reconhecidamente boa gestora de projetos sociais de esporte, Ana Moser (e os vários ex-atletas que levou para o Ministério!) pagou o preço de ser um nome midiático, reconhecida por sua vida esportiva e por seu envolvimento em ONGs voltadas ao desenvolvimento de programas de incentivo a atividades-fim da pasta (projetos finalísticos, de financiamento público, intervenção local e execução ‘terceirizada’, foco de seu curto período no ministério); faltou-lhe, todavia (apesar do curto tempo como ministra), uma visão ampliada e orientada para a consolidação do Sistema Nacional e da Política Nacional de Esporte, como vimos comentando. Ao que tudo indica, o enfoque do seu mandato à frente do Esporte se resumiu a servir (e talvez continue a ser!) como balcão de varejo para projetos fragmentados pelo país, a fim de agradar prefeitos e deputados, alguns bancados por nomes de ex-atletas e seus ‘institutos’.

Mas eis que, numa sempre previsível viragem política do novo governo, em nome da tal ‘governabilidade’ Ana Moser perde o cargo menos de 10 meses após a posse, para que Lula pudesse abrigar novamente o Centrão na pasta. Aliás, já alertávamos para a iminência dessa ação no Editorial da Seção Temática (2019) sobre o fim do Ministério do Esporte:

Com uma estrutura enxuta, tanto de pessoal quanto de orçamento, em comparação com outros ministérios já consolidados, o Ministério do Esporte, nos governos petistas de Lula e Dilma, nunca esteve efetivamente nas mãos do PT, sendo sempre negociado em arranjos políticos que nunca deixaram claro se se tratava de pouca importância atribuída à pasta pelo partido do governo ou, ao contrário, de grande reconhecimento aos partidos ‘aliados’ históricos ou de ocasião, que se sucederam na chefia do Ministério.³²

No balcão de negócios entre governo e Congresso, assume a pasta do Esporte um jovem médico, com um nome de guerra muito curioso (André Fufuca), deputado federal pelo estado do Maranhão, com desconhecida aptidão para a gestão de um ministério, mas com um *handicap* francamente favorável: pertencer ao PP/Centrão e ter seu nome abonado pelo todo-poderoso presidente da Câmara dos Deputados, Artur Lyra, que não se cansa de achar e ameaçar o governo Lula, fazendo-o dependente da sua ‘boa vontade’, regamente paga com as tais emendas do orçamento secreto e outros ‘esquemas’.

Nestes pouco mais de seis meses do jovem Fufuca no Ministério, em substituição a Ana Moser, o que temos visto, ao menos por enquanto, é o autêntico ‘mais do mesmo’, sobretudo mais do mesmo desde que Dilma, para tentar se manter presidenta, entregou (também) o Esporte para o Centrão, no auge da crise que resultou no seu *impeachment*. Justiça seja feita: a situação hoje é ainda pior! Sem nenhuma qualidade para a gestão além do clássico ‘quem indica’, Fufuca loteou o ministério com nomes oriundos dos mais sombrios recantos do Centrão, sem esquecer, contudo a

³² REVISTA MOTRIVIVÊNCIA, Florianópolis, v. 31, n. 60, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/issue/view/2930>. Acesso em: 20 mar. 2024.

sua parte³³, além de ex-atletas, sobretudo do futebol – cuja nomeação merece uma notinha da mídia no dia que acontece e depois somem –, para fazer não se sabe bem o quê! Com uma estrutura pouco horizontal, salva-se (e louve-se) a antiga Secretaria Nacional de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social (Senealis), na qual se ancoram muitos dos antigos programas de atividades finalísticas (programas sociais para jovens, estudantes, idosos, etc.).

Setores predominantemente voltados para o alto rendimento, como Bolsa-Atleta, Esporte Militar, Comissão de Dopagem, Futebol, Estatuto do Torcedor, Instalações e Equipamentos, disputam espaços com os poucos projetos de atividades esportivas para comunidades, como o Programa Esporte e Lazer da Cidade (Pelc), o Segundo Tempo e o Vida Saudável, herança das anteriores gestões petistas. Façam suas apostas para descobrir quem sai ganhando neste enfrentamento pelas verbas, cada vez menores! Sumiu do organograma do Ministério o único setor voltado para a Ciência e Tecnologia no Esporte, antes uma diretoria responsável por dialogar com a comunidade acadêmico-científica, na busca por qualificação para as políticas públicas de Esporte e Lazer. Projetos relevantes de gestões passadas, como o Diagnóstico Geral do Esporte, o Diagnóstico Nacional do Esporte (Diesporte) e o Repositório da Rede CEDES (Vitor Marinho) perderam até mesmo o *link* na página do Ministério!

Nesse interim, a Lei Geral do Esporte é sancionada por Lula em junho de 2023, ainda sob a gestão de Ana Moser. Esse projeto de lei tramitava há quase 10 anos no Congresso, e o acordo para aprová-lo seguiu o figurino do que foi feito na Constituinte de 1988: sobre aquilo em que não há acordo, aprova-se um texto genérico, cuja regulamentação necessária ensejará novos embates (leia-se: liberação de emendas!) no Congresso por mais alguns anos! Assim é que o Sistema Nacional de Esporte, que distribui responsabilidades e compromissos entre os entes federal, estaduais e municipais, resta quase inoperante, dependente de negociações futuras para que entre efetivamente em vigor.

É nesse contexto de concessão do Ministério do Esporte ao famigerado Centrão que chegamos ao ápice de mais um Ciclo Olímpico e Paralímpico, com a realização dos Jogos de Paris em junho de 2024. Oito anos depois de sediar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos no Rio de Janeiro, resta-nos refletir se os esforços (e as verbas) para viabilizar a Década do Esporte (2007-2026) deixaram legados para o Brasil, e não só no campo esportivo mas também nos campos da infraestrutura esportiva, de transporte, turística, etc. Bem como no campo do que podemos chamar de cultura esportiva.

No que se refere ao setor olímpico, depois de ver cassado e preso o seu presidente, acusado de corrupção, o COB submergiu para evitar a exposição pública que tanto alisava o ego do ex-presidente Nuzman, mas continua a gozar de sustentação financeira confortável, por meio de verbas públicas (Lei Agnelo-Piva), via loterias federais, o que permite ao país ter uma representação razoável nos Jogos Olímpicos, com resultados que o mantém no pelotão intermediário, muito longe das verdadeiras potências olímpicas. A questão preocupante é que as medalhas conquistadas pelo Brasil continuam a ser obtidas por exceções, isto é, por atletas que praticamente independem do apoio olímpico, como é caso do surf. As prometidas massificação e qualificação do ‘time Brasil’ continuam sendo uma falácia (diferentemente dos Jogos Paralímpicos, nos quais o país permanece sendo um destaque importante no cenário mundial!).

³³ <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/04/07/novas-arenas-fufuca-ministro-dos-esportes-dedica-r-76-milhoes-a-dois-estadios-em-reduto-politico.ghtml>

Da mesma forma, podemos nos referir à infraestrutura esportiva criada no Rio de Janeiro (com reformas e novas construções de equipamentos às custas de desocupações de populações nelas localizadas há décadas!). Poucos desses equipamentos permanecem à disposição do público praticante de esportes. Alguns já eram previstos como temporários e foram desmanchados, outros foram privatizados ou dados em concessão e outros ainda simplesmente abandonados. A prometida melhoria na infraestrutura urbana da cidade do Rio de Janeiro também ficou no meio do caminho, com algumas já em processo de pauperização (como o BRT)³⁴, outras inconclusas (até inundadas, como o ‘buraco’ da estação Gavea do Metrô)³⁵ ou nem mesmo iniciadas, como a despoluição da Baía da Guanabara e das lagoas de Jacarepaguá³⁶. Parece que o prometido legado para a cidade que sediou os Jogos Olímpicos (para o estado do Rio e para o país também) pode ser melhor representado pelo número de denúncias de corrupção, políticos e empresários presos e a desilusão com mais promessas não cumpridas!

Se estendermos essa reflexão para as capitais que sediaram algumas etapas da Copa do Mundo de Futebol em 2014, aí então esses maus legados se multiplicam exponencialmente, com muitos ‘elefantes brancos’ (caríssimos estádios de futebol, que são subutilizados ou mesmo abandonados!), obras de infraestrutura urbanas não concluídas, etc. E, igualmente, incontáveis denúncias e prisões por corrupção de agentes públicos e empresários! Tudo isso devidamente apontado pela mídia corporativa como ‘escândalos do PT’ no contexto da operação nacional (e internacional) que tentava não apenas interromper a trajetória política do partido no governo mas também marcá-lo como corrupto junto à sociedade (esforço do qual a Lavajato é o retrato cuspidor e escarrador!). Tudo isso, repetimos, serviu para que a Década do Esporte fosse mais uma oportunidade perdida de tornar o Esporte e o Lazer um bem cultural socialmente compartilhado e usufruído pela população brasileira, com menos desigualdades e sem exclusões! Serviu também, infelizmente, para que as políticas públicas de esporte no país fossem vistas pela população mais como um assunto de polícia do que de política esportiva.

Solo le pido a Dios: não ao colapso ambiental! Socorro aos Yanomamis

A questão ambiental tem sido insistentemente abordada pela Revista Motrivivência, principalmente nos editoriais. Buscamos trazer essa questão para os debates sobre cultura corporal, meio ambiente, colapso ambiental e, consecutivamente, extermínio dos povos originários, sobretudo do povo Yanomami. Esse tema precisa sair do debate e do papel, a fim de subsidiar a formulação de

³⁴ REGUEIRA, Chico. Legado Olímpico: sistema BRT, promessa de solução para o transporte, tem estações depredadas e ônibus superlotados. **G1**, Rio de Janeiro, 22 jul. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/07/22/legado-olimpico-sistema-brt-promessa-de-solucao-para-o-transporte-tem-estacoes-depredadas-e-onibus-superlotados.ghtml>. Acesso em: 20 mar. 2024.

³⁵ ÁVILA, Edmilson. Governo fecha acordo para terminar Estação Gávea do metrô. **G1**, Rio de Janeiro, 23 nov. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/blog/edmilson-avila/post/2023/11/23/acordo-para-terminar-estacao-gavea-do-metro.ghtml>. Acesso em: 20 mar. 2024.

³⁶ CAMPOS, Alex; MARTINEZ, Rafael; SCHIAVINATO, Guilherme; REGUEIRA, Chico. Legado olímpico: promessas de despoluição da Baía de Guanabara e de lagoas não foram cumpridas. **G1**, Rio de Janeiro, 19 jul. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/07/19/legado-olimpico-promessas-de-despoluicao-para-os-jogos-de-2016-nao-foram-cumpridas.ghtml>. Acesso em: 20 mar. 2024.

políticas, ações e práticas concretas que possam tentar reverter as tragédias cometidas contra o meio ambiente e os povos originários, principalmente na Amazônia.

Um exemplo dessa tentativa de refletir sobre o drama dos Yanomamis está no nosso editorial de 2023, que tem por subtítulo *O ouro de sangue Yanomami: contra a barbárie do genocídio dos povos originários*³⁷. Nessa ocasião, tratamos das queimadas na Amazônia e no Pantanal, que mataram muitos indígenas, populações ribeirinhas e diversos animais selvagens. São vítimas das crises humanitárias e sanitárias, muitas das quais intencionais, as florestas, os animais, as crianças, os jovens, os adultos, os velhos e as velhas das terras indígenas, por exemplo, os Yanomami (Roraima). Em 2023, logo após a posse do presidente Lula e da ministra do Povos Indígenas Sonia Guajajara, houve uma missão emergencial para começar a agir depois de tantos anos de abandono e extermínio desses indígenas. As imagens são inaceitáveis e revelam o cotidiano de violências simbólicas e reais, um verdadeiro campo de concentração do Holocausto, conforme as reportagens veiculadas na mídia e as fotografias da icônica fotógrafa Claudia Andujar.

Não há como falar do extermínio dos povos originários sem refletir sobre a destruição do meio ambiente e questionar o que podemos fazer para encarar o desafio do enfrentamento, buscando fugir do atual modelo de desenvolvimento produtivista-consumista no capitalismo atual. Esse processo poderá levar a humanidade à autodestruição. Sendo assim, é preciso denunciar esse insano processo de degradação em curso e, no lugar da terra arrasada, construir uma nova forma de organização social e econômica, que permita a todos nós gozar de uma vida harmoniosamente em meio à natureza, para além do capital. Isso requer, político-pedagogicamente, a interrupção da “economia de destruição da natureza” e a emergência de uma “economia do conhecimento da natureza”³⁸.

Estamos nos referindo, em especial, aos impactos da garimpagem do ouro na Amazônia e às destruições e mortes causadas pelo garimpo ilegal, visto que os garimpeiros são sujeitos reconhecidamente corruptos e sem lei, a serviço de uma rede e de uma cadeia extensa e longa de relações escusas, que sustenta esse crime ambiental no Brasil. Na Amazônia, a garimpagem causa problemas ambientais e sociais severos. A morfologia dos rios pode ser gravemente alterada pela escavação de trincheiras e labirintos. Os sítios abandonados assemelham-se a paisagens lunares. A atividade também provoca poluição por mercúrio³⁹. Todas essas imagens de destruição e do colapso ambiental, em especial da Amazônia, merecem ser objeto de estudos por parte de professores e professoras de diversas áreas, em especial da Educação e da Educação Física, com vistas à realização de projetos escolares e não escolares que busquem problematizar as contradições e pensar em possibilidades de superação do colapso ambiental engendrado pelo capitalismo.

Com efeito, os cientistas que tomam como eixo de estudo a cultura corporal e de movimento na Educação Física não podem ficar omissos diante de problemáticas de caráter político, estético, ético, econômico e social. Não podem realizar as Olimpíadas Indígenas sem antes debater e protestar contra a verdadeira chacina que está acontecendo nas terras indígenas Yanomami. Tampouco ignorar os genocídios históricos contra os povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas, especialmente neste momento de vilipêndio das terras indígenas e de destruição da natureza pelos

³⁷ REVISTA MOTRIVIVÊNCIA, Florianópolis, v. 35, n. 66, 2023. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/issue/view/3532>. Acesso em: 20 mar. 2024.

³⁸ ABRAMOVAY, Ricardo. **Amazônia**: POR uma economia do conhecimento da natureza. São Paulo: Elefante, 2019, p. 7-8.

³⁹ IMPACTOS da Garimpagem de Ouro na Amazônia (nº 2). **Imazon**, Belém, 2 jul. 2013. Disponível em:

<https://imazon.org.br/impactos-da-garimpagem-de-ouro-na-amazonia-n-2/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

garimpos ilegais, de morte dos corpos, da cultura, da ancestralidade e da vida dos povos originários. Toda essa barbárie se chama “destruição criativa da terra”, por meio da qual

[...] os campos são preparados para a agricultura, os pântanos drenados, as cidades, estradas e pontes construídas; as plantas e os animais são domesticados e criados; os habitats transformados; as florestas cortadas e devastadas; as terras irrigadas; os rios repesados; as paisagens devastadas (servindo de alimento para ovinos e caprinos); os climas alterados. Montanhas inteiras são cortadas ao meio à medida que minerais são extraídos, criando cicatrizes de pedreiras nas paisagens, com fluxos de resíduos em córregos, rios e oceanos; a agricultura devasta o solo acidentalmente como resultado e, por centenas de quilômetros quadrados, florestas e matos são erradicados como resultado da ação humana, enquanto a queima de florestas na Amazônia, consequência da ação voraz e ilegal de pecuaristas e produtores de soja, leva à erosão da terra, ao mesmo tempo que os governos anunciam, contraditoriamente, um programa de reflorestamento natureza⁴⁰.

Para além das marcas letais do garimpo na Amazônia, existem outras questões que podem ser aprofundadas em outras pesquisas e trazidas para o âmbito da Educação Física, Esportes e Lazer. Essa descrição é apenas uma parte das facetas do capitalismo, que provoca um verdadeiro colapso ambiental em quase todo o planeta e esconde as falsas e inconsistentes possibilidades de um ‘capitalismo sustentável’. Não só no Brasil mas também em outros lugares, o que se vê mesmo, embora haja poucas exceções, é a

[...] destruição da biodiversidade, a poluição dos rios e dos solos, o desmatamento, o deslocamento de imensos contingentes populacionais pela construção de represas ambientalmente catastróficas e o massacre da saúde pública, especialmente do desenvolvimento neuronal e do aparelho cardiorrespiratório das crianças, [que] são o preço a pagar pelo crescimento econômico, como se este ainda pudesse gerar prosperidade para setores crescentes da sociedade⁴¹.

“Solo le pido a Dios que la guerra no me sea Indiferente”! Cessar fogo imediato no ‘holocausto de Gaza’! Somos todos Palestinos!⁴²

Neste editorial, veiculamos de maneira resumida apenas um trecho do Manifesto da Comissão Editorial da Motrivivência, publicado na íntegra na sessão Notas Editoriais (março de 2024). Os versos da epígrafe que abrem o citado manifesto contêm metáforas que nos levam à reflexão desesperada e militante acerca do morticínio brutal praticado por Israel contra os palestinos da Faixa de Gaza, entre os quais se encontram, predominantemente, crianças, jovens, velhos e deficientes, perpetrado por ataques com artilharia pesada e moderna (balas, explosões em residências de civis inocentes, hospitais, escolas e outras instituições palestinas). Por isso, devemos lutar no mundo todo para que *la guerra no sea indiferente*. Nessa súplica a Deus, há o reconhecimento do poderio bélico-militar de Israel, um *monstro grande, que pisa fuerte* sobre as cabeças da gente palestina, ávida por paz, direitos humanos, território, terra, respeito, justiça, trabalho e vida digna.

⁴⁰ HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 151.

⁴¹ MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental**. Campinas: Unicamp, 2018, p. 15.

⁴² FAYAD, 2015.

No mundo inteiro, há comoção e revolta contra a investida genocida de Israel na Faixa de Gaza. Nesse sentido, o brilhante intelectual de esquerda e judeu Noam Chomsky, reconhecido por sua atuação em questões de geopolítica e direitos humanos, considerado um dos maiores intelectuais da esquerda, vem dando declarações contundentes a respeito da situação atual na Palestina. Não é de hoje que Chomsky denuncia o governo de extrema direita de Netanyahu em Tel Aviv. Há muito tempo ele critica o governo israelense e suas tropas por comandarem uma limpeza étnica contra as populações que vivem em territórios palestinos. Em sua opinião, o *apartheid* israelense contra a Palestina é pior do que o da África do Sul. De acordo com o linguista,

[...] a ousadia das ações israelenses é surpreendente. Eles fazem o que querem, sabendo que os EUA os apoiam. Isto é muito pior do que o que aconteceu na África do Sul; não se trata de um esforço para acomodar a população palestina como mão de obra reprimida, trata-se simplesmente de nos livrarmos dela⁴³.

Nesses termos, reiteramos a posição de Chomsky e do presidente Lula, com a qual nos identificamos, ao afirmar que Israel tem que cessar fogo urgentemente, porque se trata de um genocídio, um Holocausto, e não mais uma guerra! Nessa mesma direção, a Motrivivência corrobora as posições adotadas pela diplomacia brasileira e pelo Ministério dos Direitos Humanos da Cidadania (MDHC) na abertura da 55ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), ocorrida no dia 26 de fevereiro de 2024, em Genebra, na Suíça. Em seu discurso, o ministro Silvio Almeida, titular do MDHC, reafirmou o compromisso do Brasil com as políticas de direitos humanos e defendeu a criação de um Estado palestino livre. Além disso, registrou a indignação contra o que acontece em Gaza e reiterou que, em mais de uma oportunidade, o Brasil condenou os ataques perpetrados pelo Hamas e pediu a libertação imediata e incondicional de todos os reféns. Mais ainda, manifestou repúdio contra a flagrante desproporcionalidade no uso da força por parte do governo de Israel, uma espécie de ‘punição coletiva’, que já ceifou a vida de mais de 30 mil palestinos e deslocou mais de 80% da população de Gaza, deixando milhares de civis sem acesso à energia elétrica, à água potável, a alimentos e à assistência humanitária básica, num ambiente de total destruição e de terra arrasada.

No texto *Barbárie em Gaza*⁴⁴, de 2014, Chomsky fez duras críticas a Israel, apontando a trajetória dessa crise, que já dura mais de 70 anos, respaldada pelo apoio bélico dos Estados Unidos, que, na prática, traduz-se no insano bloqueio israelense aos territórios palestinos, pela ocupação de terras por colonos brancos, pelos ataques selvagens do exército de Israel, entre outros crimes humanitários e políticos. Segundo o autor, toda essa situação tende a continuar enquanto Israel tiver apoio de Washington, for tolerado pela Europa e a ONU não mediar o conflito. Tudo isso é motivo de vergonha para nós, enquanto políticos, intelectuais e cidadãos, em todo o mundo.

É hora de evitar novos massacres, novos Holocaustos. Somos a favor do diálogo e de ações concretas – diplomáticas, humanitárias e políticas – para a construção de um Estado Palestino viável, livre e soberano, com dignidade e autodeterminação territorial, vivendo lado a lado com o Estado de Israel, com fronteiras seguras e mutuamente reconhecidas, como única solução necessária e viável para a humanidade.

⁴³ FERREIRA, Yuri. Noam Chomsky: Apartheid israelense contra palestina é pior do que a África do Sul. **Revista Fórum**, [S. l.], 11 out. 2023. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/global/2023/10/11/noam-chomsky-apartheid-israelense-contra-palestina-pior-do-que-africa-do-sul-145685.html>. Acesso em: 2 mar. 2024

⁴⁴ CHOMSKY, Noam. *Barbárie em Gaza*. Tradução de Antonio Martins. **Outras Palavras**, [S. l.], 12 jul. 2014. Disponível em: <https://outraspalavras.net/sem-categoria/chomsky-barbarie-em-gaza/>. Acesso em: 3 mar. 2024.

Em suma, *Solo le pido a Dios* que:

- Nos dê forças e ‘resistência ativa’ para lutarmos contra a extrema-direita em todas as dimensões da vida política cotidiana: **NÃO PASSARÃO!**
- Que a sanha privatista do ‘capital educador’ e da “Reforma Empresarial da Educação” (Ensino Médio) não se alastrem pelo Ministério da Educação, impedindo o projeto de esquerda de defender uma educação pública de qualidade e socialmente referenciada;
- Que o Ministério do Esporte deixe de ser um ‘balcão de negócios’ e cumpra suas reais finalidades político-pedagógicas e sociais em termos de democratização do esporte, a fim de que o país não busque apenas se tornar uma ‘potência olímpica’;
- Que o governo Lula leve a cabo uma operação de guerra para cortar a raiz do problema, removendo, como prometido, mais de 20 mil garimpeiros e punindo cada criminoso que lucra com a exploração ilegal do ouro e com a catástrofe que atinge a terra indígena Yanomami, entre outras florestas. É preciso ir além das medidas emergenciais e partir para questões estruturais e conjunturais (por exemplo: veto do presidente Lula ao [PL \(Projeto de Lei\) 2903/2023](#) do Marco Temporal aprovado pelo Senado Federal)⁴⁵;
- Que, em relação ao aquecimento global e ao colapso ambiental, o presidente Lula⁴⁶ possa, no âmbito da COP 28 e com vistas à COP 2025 (Conferência do Clima sobre Mudanças Climáticas, a ser realizada em novembro de 2025, em Belém do Pará), voltar atrás sobre a contraditória participação do Brasil no ‘clube do petróleo’ (Organização dos Países Exportadores de Petróleo – Opep) e a questão da exploração de petróleo na Amazônia, incentivando o Brasil e outros países do mundo a buscar, concretamente, a superação do uso de combustíveis fósseis e produzir energia limpa, a fim de diminuir o aquecimento global;
- Que as nações lutem pela autodeterminação dos povos (Palestina), na busca por uma solução pacífica para os conflitos, opondo-se veemente a todas as formas de neocolonialismo e de *apartheid*. *É preciso um cessar-fogo no genocídio de Gaza! Somos todos e todas palestinos/palestinas!*
- Que o neofascismo bolsonarista seja punido pelos crimes cometidos ao longo de quatro anos e que todos os envolvidos sejam exemplarmente punidos e condenados: **SEM ANISTIA! NÃO PASSARÃO, GOLPE NUNCA MAIS, DITADURA NUNCA MAIS!**

Por fim, queremos agradecer a Ingrid Quaresma, fotógrafa pela Escola Câmera Criativa, de Florianópolis, pela capa da presente edição, que se intitula *Calistenia*. A foto é fruto do acervo do seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), pré-requisito do “Curso Profissionalizante em Fotografia” da citada escola, concluído em 2023. Vale ressaltar que a estética fotografia da capa vai ao encontro do projeto imagético da Revista Motrivivência.

Convidamos as nossas leitoras e os nossos leitores para uma leitura crítica e propositiva de nossa Motrivivência.

⁴⁵ MARTINS, Leonardo; TEIXEIRA, Lucas Borges. Com militares, governo começa retirar 15 mil garimpeiros de área yanomami. *UOL*, [S. l.], 6 fev. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/02/06/megaoperacao-militares-yanomami-gerimperios-ilegais-retirada-lula.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 20 mar. 2023.

⁴⁶ COP. *Agência Senado*, Brasília, 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/cop>. Acesso em: 20 mar. 2024.

Florianópolis, mar-abril 2024.

Maurício Roberto da Silva; Giovani De Lorenzi Pires; Rogério dos Santos Pereira
Editores

